



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL  
DO CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS  
PROGRAMA REDE SOCIAL**



PROJECTO FINANCIADO PELO ESTADO PORTUGUÊS – MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO

**Junho 2005**

***Conselho Local de Acção Social de Arruda dos Vinhos***

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos  
Instituto de Segurança Social - Serviço Local de Vila Franca de Xira  
Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos  
Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos  
Centro de Saúde de Arruda dos Vinhos  
Agrupamento de Escolas do 1º Ciclo e Jardins-de-infância de Arruda dos Vinhos  
Grupo Consultivo Inter-Colectividades  
Junta de Freguesia de Cardosas  
Junta de Freguesia de Arranhó  
Centro Social da Freguesia de Arranhó  
Organização Local de Educação e Formação de Adultos  
Guarda Nacional Republicana

***Núcleo Executivo***

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos  
Instituto de Segurança Social - Serviço Local de Vila Franca de Xira  
Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos  
Centro de Saúde de Arruda dos Vinhos  
Grupo Consultivo Inter-Colectividades

Arruda dos Vinhos, Junho de 2005

## ÍNDICE

Introdução	3
Enquadramento Teórico	5
Metodologia	7
Diagnóstico Social Síntese	8
Capítulo I – Eixos de Desenvolvimento	11
1- Qualificar o nível de vida das pessoas	11
2- Promover a melhoria dos recursos de apoio social e humanitário	16
3- Edificar estruturas de apoio social	20
4- Desenvolver uma estrutura ecológica articulada com a actividade	22
Capítulo II – Sistema de Avaliação	24
1. Sistema de avaliação	24
Conclusão	30
Bibliografia	32

## INTRODUÇÃO

Tendo por base a Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro e no âmbito de uma política social activa, surge a Rede Social que tem como meta promover um planeamento integrado e sistemático, mobilizar competências e os recursos institucionais da comunidade, a fim de garantir uma maior eficácia e eficiência do conjunto de respostas sociais no concelho de Arruda dos Vinhos.

Os objectivos específicos da Rede Social são:

- ⇒ induzir o diagnóstico e o planeamento participados;
- ⇒ promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia;
- ⇒ procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- ⇒ formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local;
- ⇒ promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos; potenciar e divulgar o conhecimento sobre a realidade concelhia.

No início do ano de 2003, o concelho de Arruda dos Vinhos, através do seu Município, decidiu promover a implementação deste programa, tendo a formalização da parceria ocorrido a 24 de Novembro de 2003, com a constituição do Conselho Local de Acção Social de Arruda dos Vinhos, enquanto estrutura orgânica de um conjunto de entidades parceiras com intervenção local.

Tendo em consideração as características e as dinâmicas existentes no concelho, foi decidido, por unanimidade, não constituir as Comissões Sociais de Freguesia. Esta decisão insere-se numa lógica de rentabilização de recursos e de capacidades locais. Ao longo destes 2 anos a implementação e consolidação do CLASAV tem sido uma parceria inacabada e dinâmica. Esta parceria materializou-se na reflexão social produzida, nos trabalhos realizados e no alargamento da parceria.

No processo de implementação do programa utilizaram-se diferentes instrumentos de análise. Nomeadamente, questionários, reuniões de discussão com diversas entidades/interlocutores privilegiados, entrevistas, grelhas de recolha de informação e Análise SWOT. Analisaram-se dados estatísticos e aplicou-se o Modelo de Eisenhower de modo a produzir o Diagnóstico Social do Concelho de Arruda dos Vinhos.

Em Fevereiro de 2005, o Diagnóstico Social foi aprovado. Neste documento, foram identificadas as fraquezas e as ameaças, mas também as forças e potencialidades do concelho de Arruda dos Vinhos. Neste trabalho foi possível priorizar colectivamente os problemas e identificar causalidades, recursos e dinâmicas locais.

Com o diagnóstico social foram definidos pilares de intervenção fundamentais para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Arruda dos Vinhos, enquanto "(...) plano estratégico para 3/5 anos no qual se definem as estratégias de intervenção, bem como os objectivos a alcançar. É um instrumento de definição conjunta e contratualizada de objectivos prioritários, servindo de enquadramento às intervenções para a promoção do desenvolvimento social local. O PDS enuncia uma

estratégia para atingir uma situação social desejável, mas realista, nos territórios sobre os quais incide”<sup>1</sup>.

Este documento é fruto de uma acção conjunta de diferentes entidades, actores sociais que definiram objectivos, recursos, estratégias e um modelo de intervenção social conjunta, articulada, comum e consensual, bem como procura criar/definir mecanismos de avaliação.

---

<sup>1</sup> Instituto da Segurança Social, Guião Prático para a Implementação da Rede Social, IP, Lisboa, 2004.

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O contexto social emergente “(...) tem como pano de fundo a internacionalização das economias, a integração europeia, enfim, uma concertação geoestratégica diferente da que se viveu até há relativamente pouco tempo. Com efeito, o território nacional é hoje atravessado pelos ritmos e pelas transformações globais, de âmbito não só económico mas também político, social e cultural, que se encontram em curso a uma escala transnacional”<sup>2</sup>.

Esta globalização de relações introduziu profundas alterações no nosso modo de vida, com conseqüente transformação da identidade baseada nas especificidades regionais/territoriais, agravamento das desigualdades sociais e dos fenómenos de exclusão social.

Esta dinâmica societal implica o repensar dos modelos de intervenção e da forma de agir/acção de vários actores sociais, sobretudo dos que estão mais próximos dos problemas e da população de uma determinada unidade territorial.

É necessário um justo equilíbrio entre o global e o local na concepção de desenvolvimento. As acções a desenvolver de luta contra a pobreza e exclusão e de promoção da integração social devem apostar no desenvolvimento local, baseando-se como pilar fundamental, mas não único, nos recursos e forças endógenas de cada unidade territorial. Neste âmbito, desenvolvimento local é “(...) um processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir de capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, mas em articulação necessária e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspectiva integrada e integradora, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria, com um impacto tendencial em toda a comunidade e com uma grande diversidade de caminhos, protagonistas e soluções”<sup>3</sup>.

Este equilíbrio nas relações sociais entre sujeitos individuais e/ou instituições é mediado por uma diversidade de aspectos - valores, normas, representações, experiências subjectivas – mas os diferentes participantes devem encontrar, mesmo que esporadicamente, o consenso e o entendimento. Neste sentido, o indivíduo constitui-se como um membro integrante da sociedade, pela sua capacidade potencial, não só de desenvolver uma atitude crítica, mas também de alcançar o consenso quanto às prioridades de intervenção local.

O desenvolvimento desta atitude, entre sujeitos que participam, permite o redimensionar da relação do indivíduo consigo próprio e com os outros, numa base de intercompreensão – compreensão mútua – fundamentada em práticas construtivas.

A noção de desenvolvimento assim estruturada, trespassa as diferentes opiniões e posições, o que significa uma abertura do contexto comunicacional e, conseqüentemente, a uma maior amplitude do acordo estabelecido. Este acordo - contratualização entre parceiros - está directamente implicado no processo de desenvolvimento social, do modelo de vida social que pretendemos ter, sendo um

---

<sup>2</sup> Ruivo, Fernando, Poder Local e Exclusão Social, Quarteto Editora, Coimbra, 2000, P. 127.

<sup>3</sup> Henriques, José Manuel, Municípios e Desenvolvimento”, Lisboa, Escher, 1988.

mecanismo coordenador da acção, do plano de acção, em que os participantes estão orientados sobre um acordo determinado.

Deste modo, a participação e a reflexão constituem pilares fundamentais de todo este processo, permitindo um permanente ajuste, baseado em quatro pretensões de validade: verdade, rectidão, veracidade, compreensão e entendimentos entre os actores sociais.

O consenso alcançado pode ser alvo de ajustes, uma vez que todo este processo de Desenvolvimento Social e Local é contínuo e em espiral, desse modo, quando se alcança um determinado consenso, este é simultâneo um ponto de chegada e por outro lado um ponto de partida para consensos mais pertinentes e sólidos, fruto de uma atitude de entendimento entre os parceiros. O consenso social constitui um ponto de confluência de preocupações, de meios e recursos, de saberes que são partilhados pela comunidade local e que constitui uma fonte de poder colectivo, de uma vontade comum.

## METODOLOGIA

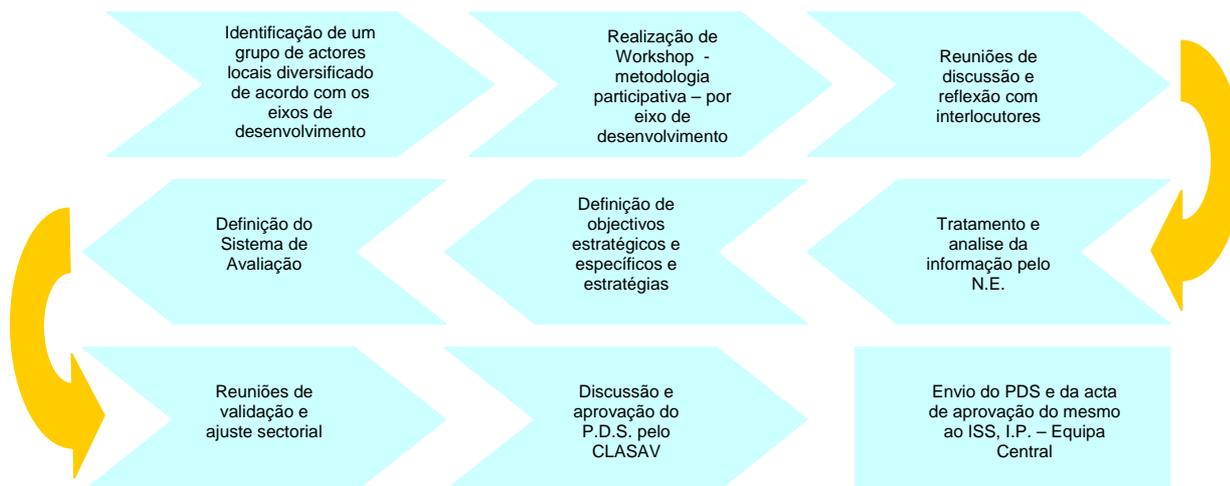
Tendo em consideração os documentos de apoio produzidos pela equipa técnica do Instituto de Segurança Social, a metodologia utilizada na implementação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Arruda dos Vinhos baseou-se em três valores essenciais: participação, multidisciplinaridade e partilha. Visa a conjugação de esforços e a definição de uma estratégia consensual para o desenvolvimento de um processo de intervenção de combate aos fenómenos de pobreza, marginalização e exclusão social.

Na metodologia adoptada, procurou-se dinamizar todo um processo de transparência e cooperação, com o intuito de obter consensos quanto à definição dos objectivos específicos e estratégicos, bem como da própria estratégia. Com base nos pressupostos anteriormente mencionados, o grupo de trabalho desenvolveu as seguintes fases/acções:

- 1- Análise do Diagnóstico Social e validação dos Eixos de Desenvolvimento
- 2- Dinamização de Workshops - metodologias participativas;
- 3- Reuniões de discussão e reflexão com interlocutores privilegiados;
- 4- Tratamento e análise das informações recolhidas dos Workshops e reuniões de discussão;
- 5- Sistema de Informação;
- 6- Estruturação e elaboração do Plano de Desenvolvimento Social

As etapas do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Arruda dos Vinhos são apresentadas no esquema seguinte.

**Figura 1. Síntese das etapas do Processo do Plano de Desenvolvimento Social**



## **DIAGNÓSTICO SOCIAL SÍNTESE**

### **DEMOGRAFIA**

- ⇒ Crescimento populacional de 10,5%, entre 1991 e 2001, sustentado por um fluxo migratório (entraram 1265 habitantes);
- ⇒ Forte concentração demográfica na zona urbana da vila de Arruda dos Vinhos;
- ⇒ Estrutura familiar predominante – casais;
- ⇒ Densidade populacional elevada em Arruda dos Vinhos e Cardosas;
- ⇒ Crescente envelhecimento da população e do respectivo índice de envelhecimento;

### **EDUCAÇÃO E TEMPOS LIVRES**

- ⇒ Falta de articulação institucional na promoção de actividades de ocupação de tempos livres para crianças e jovens;
- ⇒ Falta de edifícios escolares condignos;
- ⇒ População com baixos níveis de escolaridade;
- ⇒ Progressivo aumento de alunos nos vários níveis de escolaridade;
- ⇒ Predomínio de oferta da Santa Casa da Misericórdia no ensino Pré-Escolar e ATL;

### **CULTURA**

- ⇒ Inexistência de uma política cultural definida e participada;
- ⇒ Qualidade dos recursos culturais e patrimoniais;

### **MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

- ⇒ Inexistência de um sistema informativo;
- ⇒ Recurso a outros meios de comunicação social;

### **SAÚDE**

- ⇒ Falta de um centro de recursos de materiais técnicos de apoio a deficientes e outros necessitados;
- ⇒ Existência de comportamentos de risco por parte da população juvenil;
- ⇒ Mau funcionamento do sistema de consultas do dia e programadas;
- ⇒ Falta de uma equipa de intervenção precoce;
- ⇒ Existência do Projecto de Cuidados Articulados de Saúde e Apoio Social e Unidade de Cuidados Continuados, destinados a dependentes e grandes dependentes;
- ⇒ Total cobertura dos utentes do Centro de Saúde com médico de família;

### **RESPOSTAS SOCIAIS**

- ⇒ Constituição de várias parcerias: CLASAV, CPCJ, CLA;
- ⇒ Aumento de sinalizações à CPCJ, predominando a negligência como motivo de sinalização;
- ⇒ Escassez de recursos materiais e humanos por parte dos serviços da Segurança Social;
- ⇒ Baixo nível de cobertura de lares da 3ª idade;

### **EXCLUSÃO SOCIAL**

- ⇒ Falta de actividades de ocupação de tempos livres para idosos;
- ⇒ Dificuldade de integração das comunidades imigrantes;
- ⇒ Necessidade de reforçar os serviços de apoio aos mais idosos, sobretudo nas freguesias mais rurais;

### **ACTIVIDADE ECONOMICA**

- ⇒ Falta de investimento e divulgação de um turismo de passagem;
- ⇒ Reduzida taxa de desemprego e baixo nível de qualificação profissional da população activa;
- ⇒ Grande importância do Sector Terciário na base económica do concelho;
- ⇒ Dinamismo industrial nos sectores de reciclagem de sucata, metalúrgica e indústrias alimentares;

- ⇒ Predomínio da pequena e média empresa;
- ⇒ Importância estratégica da ZIR no desenvolvimento industrial do concelho;

### **HABITAÇÃO**

- ⇒ Elevado numero de população que procura habitação social;
- ⇒ Existência de dois bairros de habitação social de gestão municipal (Bairro João de Deus e Bairro Calouste Gulbenkian);
- ⇒ Existência de um bairro de habitação a custos controlados;
- ⇒ Elevado índice de condições de habitabilidade;
- ⇒ Crescimento significativo do parque habitacional nos últimos 20 anos;

### **ACESSIBILIDADE, ORDENAMENTO E AMBIENTE**

- ⇒ Dificuldade de acesso aos locais públicos por parte de pessoas portadoras de deficiência;
- ⇒ Falta de sinalética de espaços públicos, privados e monumentos;
- ⇒ Deficiente rede de transportes colectivos essencialmente aos fins-de-semana;
- ⇒ Mau estado geral de algumas estradas e caminhos municipais;
- ⇒ Importância estratégica da A10;
- ⇒ Qualidade dos recursos ambientais e paisagísticos;
- ⇒ Possibilidade de conciliar a elevada qualidade ambiental com um forte desenvolvimento do concelho;

### **SEGURANÇA**

- ⇒ Insuficiente intervenção, formação e prevenção na área da segurança;
- ⇒ Falta de meios que garantam maior segurança no Bairro Calouste Gulbenkian e zona envolvente;
- ⇒ Insuficiente vigilância pela Escola Segura junto ao jardim municipal, das E.B. 1 e Externato João Alberto Faria;
- ⇒ Sucessivo aumento de acidentes de viação e da criminalidade global.

## CAPITULO I – EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

### 1- Qualificar o Nível de Vida das Pessoas

Qualificar o Nível de Vida das Pessoas constitui um pilar fundamental no conceito de desenvolvimento concelhio, implicando directamente com a área social. Nomeadamente, o acesso a direitos de cidadania elementares e a possibilidade de ter uma profissão que satisfaça quer os anseios pessoais, quer a necessidade concelhia.

Uma sociedade humana sustentável implica um equilíbrio entre diferentes forças e dinâmicas, que garantam a priorização e a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde e lazer), a solidariedade para com as gerações actuais e futuras, a participação da população nos processos de decisão, a preservação e racionalização dos recursos, o desenvolvimento de um sistema social promotor de medidas equitativas, de justiça social, de adequação à realidade local de cada unidade territorial e de apoio a grupos populacionais mais vulneráveis.

As transformações ocorridas no contexto local têm tornado a realidade social do concelho de Arruda dos Vinhos mais complexa, havendo importantes alterações no contexto sócio-familiar, que tem contribuído para aumentar as dificuldades de acompanhamento das crianças, dos jovens e dos idosos pelas respectivas famílias e instituições locais.

Tendo por base esta realidade social é importante que se desenvolva uma lógica de coordenação, promoção e dinamização de actividades de ocupação de tempos livres que vise constituir uma ocupação saudável e contribuir, inequivocamente, para a formação e desenvolvimento da população deste concelho.

A promoção de uma vida saudável implica adoptar certos hábitos “(...) enfrentar condições ou situações adversas, e também estabelecer relações afectivas solidárias e cidadãs, adoptando uma postura de ser e estar no mundo com o objectivo de bem viver. Adoptar hábitos de vida saudáveis é contribuir para o estabelecimento de relações mais solidárias (...) é ser capaz de lidar com o mundo de uma forma positiva.” (art. 79.º, Constituição da Republica Portuguesa).

A escolha consciente de estilos de vida saudáveis implica o desenvolvimento de competências individuais, familiares e sociais, uma atitude consciente face à realidade social da qual fazemos parte e que nos envolve.

Qualificar o nível de vida das pessoas como eixo estratégico para o desenvolvimento é colocar como fulcral o potencial do ser humano, valorizando o seu papel como actor social e reconhecendo-o como uma mais-valia.

O exercício efectivo de uma cidadania plena tem subjacente o princípio da igualdade, da qualidade de vida e bem-estar, da educação, da cultura e ciência, da fruição e criação cultural e a consagração de direitos aos cidadãos com deficiência.

Neste âmbito, assume-se como fundamental, a progressiva eliminação das barreiras urbanísticas e arquitectónicas, que permita às pessoas com mobilidade reduzida o acesso a todos os sistemas e serviços da comunidade. Implicando uma consciência colectiva que a supressão das barreiras urbanísticas e arquitectónicas contribui para o processo de integração social das pessoa com mobilidade condicionada e a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos em geral.

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Arruda dos Vinhos visa constituir uma resposta consensual aos problemas que emergiram da participação dos parceiros e das prioridades de intervenção estabelecidas no Diagnostico Social. Nomeadamente:

- Desenvolver uma estrutura de promoção e articulação de actividades de ocupação dos tempos livres para crianças, jovens e idosos;
- Desenvolver uma política cultural participada;
- Definir um sistema de informação ao nível do concelho;
- Dinamizar acções de promoção de estilos de vida saudáveis junto da população juvenil;
- Apoiar a actividade das estruturas locais de intervenção e de apoio a grupos populacionais mais vulneráveis (crianças, jovens, idosos e imigrantes);
- Promover cursos de formação profissional adequados às necessidades do mercado de trabalho;
- Sensibilizar e promover a acessibilidade de pessoas portadoras (mobilidade reduzida) de deficiência a espaços públicos.

Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos
<p>Até ao final de 2006 desenvolver uma estrutura de promoção e articulação de actividades de ocupação de tempos livres par crianças, jovens e idosos.</p>	<p>Criar um grupo coordenador para actividades de ocupação de tempos livres, representativo das freguesias do concelho.</p>	<p>Até ao final de 2005 criar um grupo coordenador.</p> <p>Até ao 2º semestre de 2006 elaborar um estudo de avaliação de interesses/necessidades.</p> <p>Até ao final de 2006 elaborar um plano conjunto com acções calendarizadas.</p>
<p>Até ao final de 2008 promover estilos de vida saudáveis junto da população juvenil.</p>	<p>Dotar os técnicos de competências na área da promoção de estilos de vida saudáveis.</p> <p>Criar uma estrutura comunitária que desenvolva um plano de intervenção no âmbito da promoção de estilos de vida saudáveis.</p>	<p>Até ao final de 2007 elaborar e por em funcionamento um plano de intervenção.</p>
<p>Até 2008 melhorar a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e da comunidade em geral.</p>	<p>Realizar um levantamento/estudo das barreiras arquitectónicas relativamente a espaços públicos e equipamentos recreativos, culturais, desportivos e de ensino, envolvendo jovens, idosos e técnicos municipais.</p>	<p>Até 2008 identificar e diminuir em 50% as barreiras arquitectónicas identificadas.</p>

Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos
<p>Até 2008 colocar em funcionamento um Sistema de Informação ao nível do concelho.</p>	<p>Efectuar um levantamento exaustivo dos recursos na área social, com carácter contínuo, com aplicação de metodologias participativas no âmbito do CLASAV.</p> <p>Articular com os meios de comunicação social a promoção de actividades sociais.</p>	<p>Até 2008 elaborar e aprovar a Carta Social do concelho a disponibilizar através de um Guia de recursos e de uma base de dados on-line.</p> <p>A partir de 2006 organizar um Fórum Social temático, anualmente.</p> <p>Até 2008 estabelecer um protocolo de colaboração com os meios de comunicação social existentes.</p>
<p>Até 2008 apoiar o desenvolvimento de cursos de formação no concelho.</p>	<p>Articular com o IEFP a promoção de cursos de formação profissional adequados às necessidades do mercado de trabalho.</p>	<p>A partir de 2005 organizar um Fórum Empresa/Formação anualmente.</p> <p>Até 2007 estruturar uma parceria entre o Município, IEFP (Centro de Emprego de Vila Franca de Xira e Centro de Formação de Alverca) e entidades locais para a promoção de acções de formação e qualificação.</p> <p>A partir de 2007 realizar uma acção de formação profissional ou de qualificação no concelho.</p>
<p>Até 2008 apoiar a actividade das estruturas locais de intervenção e de apoio a grupos populacionais mais vulneráveis (crianças, jovens, idosos e imigrantes).</p>	<p>Reforçar a estrutura de apoio social que promova e divulgue os direitos e deveres de grupos populacionais mais vulneráveis contribuindo para uma integração na comunidade local.</p>	<p>Até 2008 melhorar a articulação entre as várias entidades e actividades de cariz social e reforçando as iniciativas existentes.</p>

Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos
Até 2008 desenvolver uma política cultural participada.	Envolver diversas «Forças Vivas» do concelho – Município, Juntas de Freguesia e Colectividades – na definição da política cultural.  Promover estratégias de mobilização e participação da população.	Até 2008 elaborar e aprovar a Carta Cultural do Concelho.

## **2- Promover a Melhoria dos Recursos de Apoio Social e Humanitário**

Promover a melhoria dos recursos de apoio social e humanitário implica acções de combate à exclusão social que devem contribuir para a partilha de benefícios económicos e sociais de integração, para melhorar o nível de qualidade de vida de todos. Trata-se de um processo que envolve pessoas, grupos, associações, entidades e comunidade em geral assente numa metodologia interactiva de gestão e de resolução de conflitos.

As transformações intensificam-se e o espaço social passa a ser definido por uma multiplicidade de interacções que representam um conjunto de interesses, expectativas e posições, tanto de índole individual como colectiva que se objectivam no reconhecimento do direitos sociais de qualquer cidadão - o direito aos recursos disponíveis de uma sociedade.

A definição de medidas de apoio social e humanitário implica definir um conjunto de princípios igualitários e o implementar de uma dinâmica redistributiva dos recursos disponíveis e da aceitação do princípio de justiça social em função de se considerar o indivíduo como pessoa humana bem como integrante de grupos humanos e associações. Todo este processo implica o desenvolvimento da participação, de integração, de decisões partilhadas de cooperação, da justiça e da própria comunidade.

A realidade social concelhia implica a procura de uma nova dinâmica que promova a descentralização, a desburocratização, a desresponsabilização, a auto-organização, ou seja, que promova a organização de respostas sociais contextualizadas à respectiva unidade territorial, abrangentes sectorialmente (saúde, educação e ocupação de tempos livres, habitação e segurança) e consequentemente promova a criação de novos recursos.

Respostas e recursos integrados em sentido estratégico e global indispensável para a promoção de medidas de apoio coerente e sustentável, tendo em vista a melhoria continuada da qualidade dos cuidados e serviços de apoio.

Este eixo de desenvolvimento pretende constituir uma resposta articulada e integrada, nomeadamente:

- Criar um centro de recursos integrado para apoio a deficientes e outros necessitados;
- Colaborar para a melhorar o acesso aos serviços de saúde prestados pelo Centro de Saúde de Arruda dos Vinhos;
- Participar no processo de criação de uma equipa de Intervenção Precoce;
- Desenvolver uma política de saúde descentralizada em diversas áreas de intervenção;
- Criar uma rede de Centros de Convívio no concelho;
- Apoiar a gestão de um parque de habitação social;
- Desenvolver uma acção integrada de promoção de segurança.

Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos
<p>Até 2008 apoiar a gestão do parque de habitação social do município.</p>	<p>Criar uma equipa multidisciplinar de intervenção local.</p>	<p>Até 2007 formalizar a constituição da equipa e definir as suas competências territoriais.</p> <p>Até 2008 dar resposta às necessidades identificadas.</p>
<p>Até 2008 desenvolver um Plano Integrado de Promoção de Segurança.</p>	<p>Articular com o Conselho Municipal de Segurança o desenvolvimento de iniciativas nesta área.</p>	<p>Até 2006 criar um grupo de trabalho por subárea de segurança, para definição de um plano de intervenção conjunto.</p> <p>Até 2008 apoiar e dar continuidade às iniciativas que são desenvolvidas por entidades locais.</p>
<p>Até 2008 apoiar o processo de implementação de um projecto de Intervenção Precoce no concelho.</p>	<p>Apoiar a continuidade de uma Equipa de Intervenção Precoce no processo de divulgação, sensibilização, funcionamento e formação.</p>	<p>Até 2007 ter a funcionar uma estrutura de partilha de informação das actividades e seus objectivos.</p> <p>Até 2007 proceder ao levantamento de recursos e estabelecimento de protocolos de colaboração.</p> <p>Até 2008 desenvolver acções de sensibilização e divulgação do projecto de intervenção precoce.</p>

Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos
<p>Até 2008 criar uma Rede de Centros de Convívio no Concelho.</p>	<p>Articular com as entidades de apoio social a implementação de Centros de Convivo através da apresentação de uma candidatura ao Instituto de Segurança Social.</p>	<p>Até 2008 criar e dinamizar cinco Centros de Convívio, nomeadamente nas localidades de Arruda dos Vinhos, Cardosas, Carvalha e A-do-Barriga e Louriceira de Cima.</p>
<p>Até 2008 colaborar para melhorar o acesso aos serviços</p>	<p>Desenvolver campanhas de sensibilização junto da comunidade local visando a alteração de condutas e procedimentos no processo de marcação de consultas.</p>	<p>Até 2008, 20% do total das consultas serem marcadas com recurso ao telefone, fax ou e-mail.</p>
<p>de saúde prestados por parte do Centro de Saúde de Arruda dos Vinhos.</p>	<p>Apoiar a criação e desenvolvimento de uma equipa de saúde descentralizada em diversas áreas de intervenção.</p>	<p>Até 2008 apoiar o estabelecimento de protocolos com as Juntas de Freguesia de Cardosas e Santiago dos Velhos ou outro espaço público para a implementação da equipa de saúde descentralizada.</p>

Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos
<p>Até 2008 criar um Centro de Recursos Integrado para apoio a deficientes e outros necessitados.</p>	<p>Desenvolver em articulação com o Município, Centro de Saúde, Instituto de Segurança Social e Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos um protocolo para a criação e gestão de um Centro de Recursos Integrado.</p>	<p>Até ao 2º semestre de 2006 criar e implementar uma campanha de solidariedade local para o fornecimento de material técnico.</p> <p>Até 2007 definir os espaços e método de gestão participado através do estabelecimento de um protocolo.</p> <p>Até 2008 dinamizar o Centro de Recursos Integrado junto da comunidade local.</p>

### **3- Edificar Estruturas de Apoio Social**

Edificar estruturas de apoio social implica apoiar a construção ou manutenção de determinado equipamento ou estrutura local, através da captação de recursos exógenos, e o desenvolvimento de um esforço colectivo para a criação de um suporte social e comunitário que satisfaça as crescentes necessidades, tendo em consideração o contexto social concelhio.

A prossecução de novos objectivos/ganhos assume-se pela abertura de novas áreas de intervenção na comunidade e pelo desenvolvimento de um esforço para garantir a adequada acessibilidade. Equipamentos, estruturas físicas, que seja locais adequados e com as respectivas condições para promover a aprendizagem, a ocupação de tempos livres de um modo sadio, espaços de investimento e de preparação para a vida activa. Mas, também estruturas de apoio aos doentes e idosos.

Uma acção mais solidária valoriza o conceito de um desenvolvimento mais integrado. Neste quadro, os grupos mais vulneráveis não estão à margem, têm os seus valores, capacidades e necessidades.

O desenvolvimento e reforço da rede de serviços e equipamentos de apoio social e comunitário tem como ponto fundamental a integração de todos, a prossecução do progresso social e a melhoria do nível de bem-estar, de saúde, de condições de vida/trabalho, de lazer e o aumento da esperança de vida como contraponto à exclusão e isolamento social, à inactividade e à depressão.

Este eixo de desenvolvimento pretende constituir uma resposta articulada e integrada, nomeadamente:

- Sensibilizar o Município para o desenvolvimento de um conjunto de obras de manutenção e conservação dos edifícios escolares;
- Criar equipamento para actividades juvenis;
- Criar uma Unidade de Cuidados Paliativos;
- Desenvolver a rede de serviços e equipamentos de apoio social e comunitário.

Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos
<p>Até 2008 apoiar o desenvolvimento de um processo para a criação de uma Unidade de Cuidados Paliativos.</p>	<p>Apoiar a Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos para a criação e gestão de uma estrutura de Cuidados Paliativos que possibilite melhorar a situação e o nível de qualidade de vida do doente em fase terminal, procurando fontes de financiamento e de suporte a esta unidade.</p>	<p>Até 2007 apresentar um projecto de implementação junto do Ministério da Saúde e da Segurança Social.</p> <p>Até 2008 desenvolver esforços para o estabelecimento de um protocolo de colaboração que viabilize a criação de uma Unidade de Cuidados Paliativos.</p>
<p>Até 2008 sensibilizar o Município para o desenvolvimento de um conjunto de obras de manutenção e conservação dos edifícios escolares.</p>	<p>Criar uma equipa multidisciplinar que proceda a um levantamento exaustivo das necessidades e potencialidades e condições de segurança dos espaços escolares, anualmente. Criar um circuito mensal de informação/referencia ao Município das necessidades existentes.</p>	<p>Até 2006 criar uma equipa multidisciplinar para a execução do levantamento nos espaços escolares.</p> <p>Até 2007 executar o levantamento e priorizar, em conjunto com a comunidade escolar, os problemas apresentados/identificados.</p> <p>Até 2007 criar o circuito de informação/referência.</p>
<p>Até 2008 desenvolver a rede de serviços e equipamentos para uma maior cobertura em termos de apoio social e comunitário.</p>	<p>Reforçar o desenvolvimento da rede de apoio social e comunitário com a estruturação de uma parceria forte com as entidades locais na procura de uma cobertura eficaz e eficiente.</p>	<p>Até 2008 aumentar a capacidade de resposta dos equipamentos de apoio social e comunitário existentes em 20%.</p> <p>Até 2008 realizar esforços junto dos organismos competentes para a criação de mais equipamentos de apoio à 3ª idade, infância e juventude.</p>

#### **4- Desenvolver uma estrutura Ecológica Articulada com a Actividade Económica**

Desenvolver uma estrutura ecológica articulada com a actividade económica implica desenvolver uma acção equilibrada entre o rural e o urbano, entre o passado e o presente, valorizando os nossos recursos arquitectónicos, patrimoniais, culturais e paisagísticos como pólo de dinamização e de sustentabilidade da economia local.

Perspectivar o desenvolvimento, não apenas numa lógica concentrada na sua atenção para com a actividade produtiva com valor económico, mas também numa lógica de solidariedade, respeito e valorização da nossa especificidade territorial.

A dinamização desta estrutura, fundamentada no princípio da solidariedade social, impõe o estabelecimento de uma parceria entre a esfera pública e a esfera privada como expressão da capacidade de iniciativa e de participação no processo de organização social local.

A acessibilidade a bens e serviços, por parte da população, constitui um princípio básico de cidadania, que importa reforçar, pois só assim pode haver uma consciência de direitos e deveres individuais, colectivos e sociais e o assegurar da participação local em todo este processo de articulação.

As mutações ocorridas, reflexo do processo de globalização, exige uma resposta colectiva de cooperação aos problemas identificados no concelho para o aproveitamento e melhoramento das capacidades existentes.

Desta forma, estamos também, a fomentar o sentimento de pertença e dignidade que favorece o desenvolvimento indispensável à coesão social local.

Importa valorizar o respeito pelo património cultural, arquitectónico e paisagístico de modo a garantir a sua preservação para as gerações futuras.

Este eixo de desenvolvimento pretende constituir uma resposta articulada e integrada, nomeadamente:

- Apostar num turismo de qualidade associado a deslocações de fins-de-semana e circuitos temáticos;
- Identificar e sinalizar a localização de espaços públicos, privados e monumentos;
- Desenvolver a rede de transportes intra-concelho;
- Sinalizar e intervir na manutenção de estradas e caminhos municipais.

Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos
Até 2008 melhorar as	Coordenar com diversas entidades do concelho com responsabilidade pela área dos transportes uma resposta de promoção da acessibilidade a zonas mais isoladas.	Até 2007 promover a realização de reuniões de discussão do problema com entidades responsáveis pelas acessibilidades.  Até 2008 estabelecer circuitos Intra-Concelho de reforço às carreiras existentes.
acessibilidade Intra-Concelho.	Organizar uma equipa para sinalizar as estradas e caminhos municipais com necessidade de intervenção junto das entidades competentes, reforçando mecanismos de participação da população.	Até 2007 promover a realização de um levantamento das estradas e caminhos municipais com necessidades de intervenção, apresentando os respectivos resultados às entidades competentes.  Até 2008 avaliar de forma contínua as intervenções realizadas.
Até 2008 desenvolver uma acção de valorização e potencialização do concelho estabelecendo uma parceria entre o sector público e privado.	Reforçar o turismo de qualidade associado a deslocações de fins-de-semana e circuitos temáticos.	Até 2007 identificar e sinalizar a localização de espaços públicos, privados (de interesse publico) e monumentos.  Até 2008 apoiar o desenvolvimento de campanhas de promoção do potencial cultural, patrimonial e paisagístico do concelho.  Até 2008 apoiar a homologação de 2 percursos pedestres e 2 circuitos temáticos.

## CAPITULO II – SISTEMA DE AVALIAÇÃO

### 1- Sistema de Avaliação

O Programa da Rede Social veio introduzir uma nova lógica de intervenção local baseando-se quer num trabalho de parceria efectiva de promoção de desenvolvimento social sustentado, quer no planeamento rigoroso dessa intervenção.

É um processo dinâmico, em construção e actualização permanente, pelo que o conceito de avaliação<sup>4</sup> assumo o papel estratégico em todo este trabalho, com o objectivo de proceder aos necessários ajustes e contribuindo para a optimização do processo de intervenção.

Neste âmbito, entendemos como metodologias de avaliação “(...) os processos de pesquisa científica que visam deliberadamente colocar questões relativas à concepção, às formas de tomada de decisão, à execução e aos efeitos de programas, políticas, projectos e investimentos, quer dizer, de diferentes dispositivos criados para modificar situações e resolver problemas. Tais processos socorrem-se de sistemas de reflexão crítica a partir de informações recolhidas no decurso do acompanhamento ou após a conclusão desses dispositivos, de modo a permitir que as pessoas e as instituições envolvidas julguem o seu trabalho e aprendam com os julgamentos feitos”<sup>5</sup>.

Neste momento é importante definir o Sistema de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Arruda dos Vinhos (e respectivos Planos de Acção decorrentes), assim:

#### **Tipologia em Função de Quem realiza a Avaliação:**

- Auto-Avaliação<sup>6</sup>;
- Avaliação Interna<sup>7</sup>.

#### **Tipo de Avaliação Segundo a Temporalidade:**

- Avaliação de Acompanhamento<sup>8</sup>;
- Avaliação Final<sup>9</sup>.

---

<sup>4</sup> “(...) processos de pesquisa científica que enfatizam a objectividade, a recolha de informação suficiente e a utilização de métodos rigorosos para alcançar resultados válidos, sistemáticos e fiáveis.” (Capucha e tal., 1999:3.2).

<sup>5</sup> Capucha, Luís, Pegado, Elsa, Saleiro, Sandra, Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa, 1999. Pg 3.3.

<sup>6</sup> Avaliação realizada pela mesma equipa que executa.

<sup>7</sup> Avaliação realizada dentro da estrutura gestora, mas com distanciamento da equipa de execução.

<sup>8</sup> Avaliação que acompanha a execução, produzindo informação para a monitorização e gestão do processo, numa óptica de melhoria continua.

<sup>9</sup> Avaliação após a conclusão, produz informação sobre os seus resultados e efeitos gerados pela intervenção.

**Tipo de Avaliação:**

- Avaliação Sumativa<sup>10</sup>.

**Modelo de Avaliação:**

- Avaliação de Impactes<sup>11</sup>.

**Dimensões e Critério de Avaliação:**

- Estrutura de Implementação:
  - Dinâmica da Rede
  - Gestão da Parceria
  
- Adequação do Processo de Intervenção:
  - Pertinência da Intervenção
  - Coerência Interna
  - Coerência Externa
  - Eficácia
  - Eficiência
  - Impactes Locais

---

<sup>10</sup> Avaliação que visa determinar em que medida os objectivos foram cumpridos, com enfoque nos resultados gerados durante, no final e após a realização da intervenção.

<sup>11</sup> Avaliação que visa aferir as mudanças ocorridas pela execução do processo de intervenção.

Critérios de Avaliação	Indicadores	Suporte de Recolha	Parceiros Envolvidos	Periodicidade
<b>Dinâmica da Rede</b>	Participação nas Reuniões CLASAV Núcleo Executivo  Numero de Reuniões/Assiduidade CLASAV Núcleo Executivo Grupos de Trabalho  Participação efectiva nas decisões tomadas  Existência de projectos que tenham surgido no processo da rede  Propostas de intervenção social no concelho  Comunicação intra-instituições/parceiros  Alterações ocorridas na constituição do CLASAV	Inquérito  Actas  Actas  Plano de Acção  PDS Plano de Acção  Inquérito  Actas	CLASAV  CLASAV Grupos de Trabalho  CLASAV  CLASAV  CLASAV  CLASAV	Semestral
<b>Gestão da Parceria</b>	Criação de parcerias específicas para a intervenção  Grau de participação das parcerias na intervenção	Actas Plano de Acção  Inquérito Grelha de Analise	CLASAV  CLASAV	Semestral

Critérios de Avaliação	Indicadores	Suporte de Recolha	Parceiros Envolvidos	Periodicidade
<b>Coerência Interna</b>	<p>Adequação dos objectivos específicos face aos objectivos estratégicos</p> <p>Adequação dos objectivos, actividades e recursos</p> <p>Adequação das actividades aos prazos previstos</p>	<p>PDS</p> <p>PDS Plano de Acção Actas</p> <p>PDS Plano de Acção</p>	CLASAV	Semestral
<b>Coerência Externa</b>	<p>Relação do PDS e Plano de Acção com outros projectos concelhios existentes</p> <p>Articulação do processo de intervenção do CLASAV com a intervenção de outras entidades do concelho</p>	<p>PDS Planos Concelhios</p> <p>Inquérito Grelha de Análise Actas</p>	<p>CLASAV</p> <p>CLASAV</p>	Semestral
<b>Pertinência da Intervenção</b>	Adequação dos objectivos aos problemas diagnosticados	<p>PDS Diagnostico Social Actas</p>	CLASAV	Semestral

Critérios de Avaliação	Indicadores	Suporte de Recolha	Parceiros Envolvidos	Periodicidade
<b>Eficácia</b>	Relação das actividades realizadas e previstas Relação dos Objectivos realizados e previstos Relação dos prazos atingidos e previstos Relação do grupo-alvo atingido e previsto Desvio e sua causalidade	PDS Actas Plano de Acção Fichas de Inscrição Grelhas de Análise	CLASAV	Semestral
<b>Eficiência</b>	Relação objectivos atingidos/recursos utilizados Relação actividade realizada/recursos utilizados Relação objectivos atingidos/actividades realizadas Relação recursos utilizados e recursos previstos Análise do custo-benefício Custo total/nº de indivíduos abrangidos pela acção Custo total/tipo de acção	PDS Plano de Acção Grelha de Análise Inquérito	CLASAV	Semestral

Critérios de Avaliação	Indicadores	Suporte de Recolha	Parceiros Envolvidos	Periodicidade
<b>Impactes Locais</b>	Grupos de trabalho criados Nº de barreiras arquitectónicas identificadas Nº de barreiras arquitectónicas alvo de intervenção Grau de satisfação face aos recursos sociais Nº de pessoas em lista de espera face aos equipamentos de apoio social e comunitário Documentação aprovada e produzida Nº de participantes nas actividades Nº de inscrições Grau de cobertura dos equipamentos de apoio social e comunitário Nº de novas respostas criadas Nº de respostas que foram alargadas Introdução de melhoria nos serviços Grau de apoio ao processo de candidatura e mediação Nº de campanhas desenvolvidas Nº de instrumentos de facilitação	Inquéritos Actas Registos de Actividade Protocolos Estabelecidos Fichas de Inscrição Grelhas de Análise	CLASAV	Semestral

## CONCLUSÃO

Com este documento pretende-se o estabelecimento de uma base relacional e de articulação entre os vários parceiros respeitando as competências próprias de cada um e desenvolvendo, numa perspectiva conjunta, uma actividade socialmente útil, sem estar dissociada do micro, meso e macro-contextos sociais.

O CLASAV pretende melhorar:

- ⇒ o acesso dos cidadãos à informação fomentando a compreensão do funcionamento das diferentes estruturas sociais e actualizando, progressivamente, os recursos locais;
- ⇒ a interacção com os cidadãos e actores sociais através da criação ou dinamização de recursos sociais assente nas capacidades individuais e colectivas;
- ⇒ as respostas aos problemas consensualmente priorizados;
- ⇒ as relações institucionais na elaboração e condução de medidas sociais e de uma política social contextualizada à realidade concelhia.

O PDS é o resultado de um esforço colectivo, um bem comum e a consciência da necessidade de continuação das metodologias utilizadas e o reconhecimento de “ (...) importantes vantagens:

- Permite integrar no local as medidas e políticas definidas nos vários níveis da Administração local, regional, nacional, nos vários sectores e ainda ao nível da União Europeia, favorecendo a sua adequação aos contextos locais, potenciando as respectivas complementaridades e detectando as suas fragilidades;
- Permite a racionalização e a adequação de recursos e das iniciativas em curso numa dada comunidade, através da articulação dos serviços e das organizações;
- Permite rentabilizar os saberes e o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações locais na identificação dos problemas e soluções e na definição de estratégias mais adequadas para a sua resolução;
- Permite encontrar soluções inovadoras que a flexibilidade das estruturas ais pequenas e em contacto com as populações possibilitam;
- Conceber intervenções continuadas e sustentáveis, dando continuidade a boas práticas” já implementadas, procurando minorar os efeitos da contingência dos financiamentos a projectos e assegurando a sustentabilidade e percursos no sentido da inclusão e das expectativas legitimamente criadas pelas populações alvo de tais projectos;
- Proporcionar respostas às causas e não só às manifestações dos problemas contribuir para o desenvolvimento de actuações preventivas das situações de exclusão ou do seu agravamento;

- Implicar progressivamente as populações a quem se dirige, na procura de soluções adequadas às situações;
- Modificar as culturas institucionais no sentido da introdução de hábitos de planeamento e avaliação e do aprofundamento do trabalho em parceria;
- Facilitar o acesso a recursos e informação que poderão suportar as suas intervenções, contribuindo para atenuar algumas desigualdades existentes;
- Valorizar atribuições específicas, pelo reconhecimento e integração num projecto de conjunto.”<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> IDS, Plano de Desenvolvimento Social, IDS, Lisboa, 2002, pg 17 e 18.

## **BIBLIOGRAFIA**

Capucha, Luís, Pegado, Elsa, Saleiro, Sandra, Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa, 1999.

CMAV, Carta Educativa do Concelho de Arruda dos Vinhos, Arruda dos Vinhos, Outubro de 2002.

Constituição da República Portuguesa, Coimbra Editora, 1998.

DHV/FBO, Revisão do Plano Director Municipal de Arruda dos Vinhos, Arruda dos Vinhos, Julho de 2003.

HABERMAS, Jurgen, Teoría de la Acción Comunicativa, Vol.I, Racionalidade de la Acción y Racionalizacion Social, Madrid, Taurus Ediciones, 1987.

Instituto da segurança Social, Guião Prático para a Implementação da Rede Social, ISS, IP, Lisboa, 2004.

IDS, Plano de Desenvolvimento Social, IDS, Lisboa, 2002.

INE, IV Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos, Região Centro, Portugal, ano 2002.

INE, XIV Recenseamento Geral da População – Resultados Definitivos, Região Centro, Portugal, ano 2002.

LAPAS, Ricardo, Relatório de Estágio, Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, Setembro de 1999.

PROJECTOPLANO, Plano Director Municipal de Arruda dos Vinhos, Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, 1991.